

Combate à litigância abusiva carece de lei específica, diz Lucinéia Possar

14/07/2025

O Poder Judiciário tem tomado medidas importantes para combater a litigância abusiva, mas esse esforço seria mais efetivo se as autoridades estivessem respaldadas por uma legislação específica, dotada de penas rigorosas contra os adeptos da prática.

A avaliação é de **Lucinéia Possar**, diretora jurídica do **Banco do Brasil**. Ela falou sobre o assunto em entrevista à série *Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito*, em que a revista eletrônica **Consultor Jurídico** conversa com alguns dos nomes mais importantes do Direito, da política e do empresariado sobre os assuntos mais relevantes da atualidade.

A litigância predatória, que consiste no uso abusivo do sistema de Justiça por meio de ações infundadas e repetidas, figura entre as preocupações dos departamentos jurídicos das instituições financeiras, que costumam ser alvo de grande número de processos, muitos deles infundados.

Para a Lucinéia, o Poder Judiciário acertou ao criar mecanismos de enfrentamento a essa prática. Ela entende, porém, que iniciativas nesse sentido seriam mais eficazes se o ordenamento jurídico contasse com normas elaboradas para essa finalidade.

“Estar atento à litigância abusiva é importante. Todavia, hoje, os mecanismos legais não dão tanto poder ao Judiciário para combater de uma forma mais efetiva essa litigância abusiva. Eu penso que uma legislação mais assertiva para penalizar essa litigância seria mais eficaz para esse combate. Então, complementar as ações do Poder Judiciário com uma legislação que imponha sanções mais severas ajudaria muito mais”, disse a advogada.

Tese do STJ e caravana do CNJ

Segundo a advogada, uma das medidas mais relevantes tomadas recentemente foi a **decisão** do **Superior Tribunal de Justiça** que autoriza os juízes a exigir a apresentação de documentos complementares pelos advogados quando ficarem constatados indícios de litigância abusiva.

“Eu entendo que essa decisão é um marco importantíssimo vindo do Poder Judiciário para tentarmos impedir a litigância abusiva, porque cuidar disso é uma questão de política pública. A decisão não vai extinguir a prática, mas a inibe.”

Lucinéia também elogiou o trabalho da Caravana da Cooperação Judiciária, iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça** que reúne, nos Tribunais de Justiça, representantes de instituições e de segmentos da sociedade em debates sobre o assunto.

“A Federação Brasileira dos Bancos, Febraban, tem acompanhado as caravanas e discutido essa questão, de forma mais precisa, por meio de exemplos”, disse a diretora.

Clique [aqui](#) ou assista abaixo a entrevista:

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jul-14/combate-a-litigancia-abusiva-carece-de-lei-especifica-diz-lucineia-possar/>

Reprodução/LinkedIn



Lucinéia Possar, diretora jurídica do Banco do Brasil